

## O QUE É?

Pacto antenupcial é o instrumento feito necessariamente por escritura pública, por meio do qual duas pessoas que pretendem se casar estabelecem o regime de bens que vigorará durante o casamento.

Os regimes da comunhão parcial de bens e da separação obrigatória/legal de bens não necessitam de pacto antenupcial, assim como o casamento celebrado pelo regime da comunhão universal de bens até a data de 26/12/1977 (antes da vigência da Lei 6.515/77).

Para os demais casos, isto é, para os regimes da separação total de bens (separação convencional), da participação final nos aquestos, da comunhão universal cujo casamento tenha sido celebrado após a data de 26/12/1977 e para os regimes anômalos, há a necessidade de realização de pacto antenupcial por escritura pública.

## LISTA SIMPLIFICADA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

### APRESENTAR SEMPRE:

- Título: Escritura Pública de Pacto Antenupcial.
- Certidão de casamento atualizada (expedida há até 90 dias contados da data do título), em original ou cópia autenticada.

### APRESENTAR EM ALGUNS CASOS:

- Requerimento de averbação assinado por um dos cônjuges e com firma reconhecida (caso a assinatura não seja presencial), para:
  - a) Declarar (caso não conste no título) que o casal teve o primeiro domicílio ou possui atual domicílio em Município pertencente à circunscrição da Serventia (arts. 797, parágrafo único, e 828 do Provimento Conjunto 93/2020/CGJ/TJMG);
  - b) Indicar o(s) número(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) de propriedade do casal, para que seja feita a averbação do registro do Pacto (arts. 797 e 828 do Provimento Conjunto 93/2020/CGJ/TJMG).
- Documentos de qualificação dos cônjuges, que podem ser: cópia autenticada do RG (ou outro documento oficial de identificação) e do CPF, caso não constem esses dados no título.

### OBSERVAÇÃO:

Esta lista de documentos procura abordar a maior parte das situações envolvendo o tema. Contudo, determinados casos concretos poderão exigir documentos adicionais, que serão solicitados após a competente qualificação registrária do título protocolado.